

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE MATEMÁTICA
CURSO DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA

ALESSANDRA STIVAL CORDEIRO

SOBRE A GESTÃO FINANCEIRA DE ESCOLA PÚBLICA: UM ESTUDO DE CASO

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

CURITIBA
2016

ALESSANDRA STIVAL CORDEIRO

SOBRE A GESTÃO FINANCEIRA DE ESCOLA PÚBLICA: UM ESTUDO DE CASO

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação, apresentado à disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso 2, do Curso de Licenciatura em Matemática do Departamento Acadêmico de Matemática da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado.

Orientadora: Profª Drª Silvana Heidemann Rocha

CURITIBA
2016

RESUMO

CORDEIRO, Alessandra Stival. SOBRE A GESTÃO FINANCEIRA DE ESCOLA PÚBLICA: UM ESTUDO DE CASO. 47f. Trabalho de Conclusão de Curso-Licenciatura em Matemática, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2016.

Esta pesquisa apresenta os resultados de um estudo de caso, sobre a gestão financeira de um colégio estadual da rede pública de ensino paranaense. O estudo ficou limitado aos anos de 2013 e 2014. A discussão apresentada baseou-se num levantamento de dados em documentos oficiais do colégio, bem como em pesquisa de campo junto ao gestor escolar, estudantes, professores e demais trabalhadores da educação do colégio. O objetivo foi identificar se problemas encontrados no ambiente escolar eram devidos à insuficiência de recursos financeiros recebidos pelo colégio, em especial os provenientes de fontes públicas, se eram em virtude da má administração escolar ou, ainda, da junção de ambas as condições. Além disso, foram apresentados os recursos financeiros repassados pelos governos estadual e federal ao colégio, bem como os cálculos dos valores de repasses às escolas públicas; a fim de subsidiar discussões sobre o financiamento público da educação, entendida aqui como um direito de todos.

Palavras-chave: Escola Pública. Gestão Financeira. Recursos Financeiros. Gestão Escolar. Financiamento da Educação.

ABSTRACT

CORDEIRO, Alessandra Stival. ON THE FINANCIAL MANAGEMENT OF PUBLIC SCHOOL: A CASE STUDY. 47f. Trabalho de Conclusão de Curso-Licenciatura em Matemática, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2016.

This research presents the results of a case study about the financial management of a state school of Paraná educational system. The study was limited to the years 2013 and 2014. The argument presented was based on a survey of data through official documents of the school, as well as field survey of school administrator, students, teachers and other employees of the college. The main goal was to identify the problems found in the school environment were due to insufficient funds received by the school, especially those from public sources, whether it was due to the poor school administration, or even the junction of both conditions. The financial resources allocated by the state and federal governments to school as well as the calculation of lending values to public schools were also presented to support discussions on public financing of education, understood here as a right for everyone.

Keywords: Public School. Financial Management. Financial Resources. School Management. Education Funding.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 -	COTAS DE RECURSOS DISPONÍVEIS DO FUNDO ROTATIVO E SUAS ESPECIFICAÇÕES.....	15
QUADRO 2 -	AMBIENTES QUE COMPÕE A INFRAESTRUTURA FÍSICA DO COLÉGIO ESTADUAL SEBASTIÃO SAPORSKI.....	25

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - VALORES FIXOS E <i>PER CAPITA</i> UTILIZADOS NO CÁLCULO DOS REPASSES DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA.	20
TABELA 2 - RESPONDENTES AO QUESTIONÁRIO APLICADO NO COLÉGIO ESTADUAL SEBASTIÃO SAPORSKI	23
TABELA 3 - VALORES REPASSADOS AO COLÉGIO ESTADUAL SEBASTIÃO SAPORSKI, EM 2013 E 2014, ATRAVÉS DO FUNDO ROTATIVO.	26
TABELA 4 - VALORES REPASSADOS AO COLÉGIO ESTADUAL SEBASTIÃO SAPORSKI, EM 2013 E 2014, ATRAVÉS DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA.	27
TABELA 5 - RECURSOS PRÓPRIOS ARRECADADOS PELO COLÉGIO ESTADUAL SEBASTIÃO SAPORSKI, EM 2013 E 2014.	27
TABELA 6 - APLICAÇÕES DO FUNDO ROTATIVO NO COLÉGIO ESTADUAL SEBASTIÃO SAPORSKI, EM 2013 E 2014.	29
TABELA 7 - APLICAÇÕES DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA NO COLÉGIO ESTADUAL SEBASTIÃO SAPORSKI, EM 2013 E 2014.	30
TABELA 8 - CLASSIFICAÇÃO DOS ITENS E AMBIENTES DO COLÉGIO ESTADUAL SEBASTIÃO SAPORSKI, COM RELAÇÃO À CONSERVAÇÃO.	33

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 -	OPINIÃO SOBRE A INFRAESTRUTURA ESCOLAR E OS ESPAÇOS FÍSICOS SE ESTÃO ADEQUADOS PARA UM BOM DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL, NO COLÉGIO ESTADUAL SEBASTIÃO SAPORSKI	31
GRÁFICO 2 -	OPINIÃO SOBRE OS RECURSOS HUMANOS E PEDAGÓGICOS DISPONÍVEIS NO COLÉGIO ESTADUAL SEBASTIÃO SAPORSKI, SE SÃO ADEQUADOS PARA O DESENVOLVIMENTO DE SEU TRABALHO.....	32
GRÁFICO 3 -	OPINIÃO SOBRE OS RECURSOS FINANCEIROS DISPONIBILIZADOS AO COLÉGIO ESTADUAL SEBASTIÃO SAPORSKI, SE ATENDEM AS NECESSIDADES DE MANUTENÇÃO E PEDAGÓGICAS.....	35
GRÁFICO 4 -	OPINIÃO SOBRE A ATUAL GESTÃO REFERENTE AOS RECURSOS FINANCEIROS, SE SÃO EMPREGADOS ADEQUADAMENTE NO COLÉGIO ESTADUAL SEBASTIÃO SAPORSKI.....	36

LISTA DE SIGLAS

APMF	Associação de Pais, Mestres e Funcionários
CEEBJA	Centro Estadual de Educação Básica de Jovens e Adultos
EM	Entidade Mantenedora
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNDEPAR	Fundação Educacional do Paraná
MEC	Ministério da Educação
NAES	Núcleo Avançado de Estudos Supletivos
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PEAE	Programa Estadual de Alimentação Escolar
PR	Paraná
SEED	Secretaria de Estado da Educação
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UEx	Unidade Executora

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
1.1 APRESENTAÇÃO.....	9
1.2 PROBLEMA.....	11
1.3 OBJETIVOS.....	11
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	13
2.1 RECURSOS FINANCEIROS DESTINADOS ÀS ESCOLAS PÚBLICAS DO PARANÁ.....	13
2.1.1 Fundo Rotativo.....	14
2.1.2 Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).....	16
2.2 CÁLCULOS DOS RECURSOS REPASSADOS ÀS ESCOLAS PÚBLICAS	19
2.2.1 Fundo Rotativo.....	19
2.2.2 Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).....	20
3 MATERIAL E MÉTODO.....	22
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	24
4.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS DO COLÉGIO ESTADUAL SEBASTIÃO SAPORSKI.....	24
4.2 RECURSOS FINANCEIROS RECEBIDOS PELO COLÉGIO ESTADUAL SEBASTIÃO SAPORSKI, EM 2013 E 2014.....	26
4.2.1 Fundo Rotativo.....	26
4.2.2 Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).....	27
4.2.3 Recursos Próprios.....	28
4.3 APLICAÇÕES DOS RECURSOS FINANCEIROS RECEBIDOS PELO COLÉGIO ESTADUAL SEBASTIÃO SAPORSKI.....	28
4.4 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS NO COLÉGIO ESTADUAL SEBASTIÃO SAPORSKI.....	31
5 CONCLUSÃO.....	37
REFERÊNCIAS.....	39
APÊNDICES.....	41

1 INTRODUÇÃO

1.1 APRESENTAÇÃO

Muito se tem discutido sobre as situações precárias das infraestruturas escolares e sobre a falta de recursos financeiros, nas escolas públicas brasileiras. Segundo Soares Neto *et al.* (2013), das 194.932 escolas brasileiras analisadas por esses autores, incluindo escolas públicas e privadas, rurais e urbanas, 44,5% ofereciam uma infraestrutura considerada elementar, 40% delas foi considerada com infraestrutura básica, 14,9% com infraestrutura adequada e apenas 0,6% teve sua infraestrutura considerada avançada.

Por **infraestrutura elementar** entende-se aquelas escolas que dispõem apenas dos seguintes serviços: água, banheiro, esgoto, energia elétrica e cozinha. Numa **infraestrutura básica**, além dos serviços presentes no nível elementar, as escolas possuem também sala de diretoria e equipamentos como TV, DVD, computadores e impressora. Por sua vez, uma **infraestrutura adequada** é aquela que, além do contido nos níveis elementar e básico, oferece, por exemplo: espaços como sala de professores; biblioteca; laboratório de informática; sanitário próprio para a educação infantil; espaços para o convívio social e o desenvolvimento motor dos estudantes, tais como quadra esportiva e parque infantil; equipamentos complementares como copiadora e acesso à internet. Já as escolas consideradas com **infraestrutura avançada** possuem uma infraestrutura mais robusta e mais próxima do ideal; além dos itens presentes nos níveis elementar, básico e adequado, há laboratório de ciências e dependências adequadas para atender estudantes com necessidades especiais. As escolas com infraestrutura avançada são consideradas um local mais propício ao ensino e a aprendizagem. (SOARES NETO *et al.*, 2013)

No Paraná, pode-se constatar que esse cenário não é diferente. Muitas escolas públicas se encontram em situações precárias que não agradam nem aos estudantes, tampouco aos professores e demais trabalhadores da educação. Nessas escolas, problemas de manutenção são encontrados, frequentemente, tais como: janelas, portas

e carteiras quebradas; interdições de banheiros, salas de aula e quadras esportivas; problemas na parte elétrica e hidráulica; saneamento básico e limpeza precários; falta de bibliotecas, laboratórios, salas de aula, internet, cozinha; materiais pedagógicos, esportivos e de expediente insuficientes; paredes e muros pichados. Portanto, nesses casos, não são garantidas as condições necessárias para o desenvolvimento de um trabalho educacional com qualidade.

De acordo com Vital Didonet:

O espaço da escola não é apenas um 'continente', um recipiente que abriga estudantes, livros, professores, um local em que se realizam atividades de aprendizagem. Mas é também um 'conteúdo', ele mesmo é educativo. Escola é mais do que quatro paredes; é clima, espírito de trabalho, produção de aprendizagem, relações sociais de formação de pessoas. O espaço tem que gerar ideias, sentimentos, movimentos no sentido da busca do conhecimento; tem que despertar interesse em aprender; além de ser alegre aprazível e confortável, tem que ser pedagógico. Há uma 'docência do espaço'. Os estudantes aprendem dele lições sobre a relação entre o corpo e a mente, o movimento e o pensamento, o silêncio e o barulho do trabalho, que constroem conhecimento. (FUNDESCOLA/MEC, 2006 citado por LIMA, PINTO, NASCIMENTO, 2010, p. 2)

Diante desse cenário, e sendo a gestão escolar uma possibilidade de atuação de licenciados ao longo de suas carreiras profissionais, é importante entender como as escolas públicas gerenciam seus recursos financeiros.

Tais recursos são provenientes de diversas fontes como, por exemplo, os governos estadual e federal; doações da comunidade; arrecadações realizadas pelas próprias escolas ou pela respectiva Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF), por meio de festas, bingos, rifas, entre outros.

Conforme Libâneo (2004), houve um aumento gradativo de recursos financeiros repassados às escolas públicas, em decorrência da política de descentralização promovida em alguns estados brasileiros; sendo necessário diretores, coordenadores e professores adquirirem conhecimentos básicos nesse tipo de gestão.

Segundo Silva (2011), as intuições públicas de ensino fundamental e médio, ao longo dos anos, tiveram um aumento significativo dos recursos repassados pelos governos estaduais e federal. Porém, em geral, esses recursos não atingiam seus objetivos reais. Silva ressaltou que cabia aos gestores escolares atuarem como multiplicadores de competências em gestão de recursos financeiros; além de

empenharem-se em proporcionar um ensino de qualidade, com transparência e compromisso.

Neste trabalho, o intuito foi investigar como uma escola pública paranaense gerencia seus recursos financeiros. O estudo ficou limitado ao Colégio Estadual Sebastião Saporiski, localizado em Curitiba, capital do Paraná, e abrangeu o período de 2013 e 2014.

1.2 PROBLEMA

Nas escolas públicas brasileiras, é comum a falta de recursos físicos, materiais e didáticos para dar conta dos trabalhos escolares. Essa realidade não é diferente nas escolas públicas do Paraná, bem como naquelas localizadas em Curitiba, capital do Estado.

Isso é um problema, pois essa situação compromete ou até mesmo inviabiliza o processo de ensino e aprendizagem, função precípua das escolas.

Diante desse fato, será que a carência de condições materiais e estruturais, nas escolas públicas paranaenses, é decorrente do recebimento insuficiente de valores financeiros? Será que decorre da má administração dos valores recebidos? Será que decorre da época do ano letivo em que tais valores são repassados às escolas? Ou da junção de todas essas condições?

1.3 OBJETIVOS

O **objetivo geral** deste trabalho foi verificar se os recursos financeiros de uma escola pública eram suficientes para atender suas demandas.

Para isso, foram elencados os seguintes **objetivos específicos**:

- Levantar as fontes de recursos financeiros do Colégio Estadual Sebastião Saporski, no período de 2013 a 2014;
- Analisar como é feito o cálculo dos recursos financeiros distribuídos às instituições públicas de ensino do estado do Paraná;
- Identificar as causas de infraestrutura, de manutenção, de falta de materiais necessários às atividades educacionais vinculadas aos recursos financeiros públicos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 RECURSOS FINANCEIROS DESTINADOS ÀS ESCOLAS PÚBLICAS DO PARANÁ

No Brasil, para que as escolas públicas estaduais funcionem adequadamente e de maneira satisfatória, o Ministério da Educação (MEC) possui um vínculo com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), a fim de auxiliar no processo de distribuição e repasse de verbas.

O FNDE tem como missão prestar assistência técnica e financeira, e executar ações que contribuam para uma educação de qualidade a todos; sendo, portanto, responsável pela captação de recursos financeiros para o desenvolvimento de vários programas. Tais recursos são repassados às escolas públicas das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal, que possuam estudantes matriculados na educação básica; e são feitos de acordo com dados extraídos do censo escolar, realizado pelo MEC, no ano anterior ao do repasse. Além disso, o FNDE repassa recursos aos pólos presenciais do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) que ofertem programas de formação inicial ou continuada a profissionais da educação básica; bem como, às escolas privadas de educação básica, na modalidade de educação especial, recenseadas pelo MEC, no ano anterior ao do repasse, mantidas por entidades mantenedoras (EM). (FNDE, 2016)

Atualmente, no Paraná, os recursos financeiros repassados às escolas públicas estaduais, são aqueles disponibilizados pelos governos estadual e federal, sendo, respectivamente, o **Fundo Rotativo** e o **Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)**, descritos na sequência.

2.1.1 Fundo Rotativo

Segundo a página eletrônica oficial do governo do Paraná, no portal educacional, na parte que corresponde à gestão escolar, consta que o **Fundo Rotativo** é oriundo de programas descentralizados de recursos financeiros desenvolvidos pela Secretaria de Estado da Educação (SEED), a fim de viabilizar com maior rapidez o repasse de recursos aos estabelecimentos de ensino da rede estadual, para a manutenção e outras despesas relacionadas com a atividade educacional. (PARANÁ, 2016)

Ele foi criado pela Lei Estadual nº 10.050, de 16 de julho de 1992, e regulamentado pelo Decreto Presidencial nº 2.043, de 12 de janeiro de 1993, tendo sido reestruturado pelas Leis Estaduais nº 14.267, de 22 de dezembro de 2003, e nº 17.072, de 23 de janeiro de 2012; pelos Decretos Presidenciais nº 3.392, de 21 de julho de 2004, e nº 3.457, de 13 de dezembro de 2011.

Conforme o **Manual de Operacionalização do Fundo Rotativo de 2016** (PARANÁ/SEED, 2016), os recursos são distribuídos por **cotas**, representadas por **cotas normais**, destinadas a cobrir despesas com material de consumo e para a prestação de serviços; por **cota extra**, cuja finalidade é atender solicitações exclusivas, que não foram possíveis de atender apenas com as cotas normais, e, ainda, na contratação de empresa para execução de obras e serviços de engenharia acima do limite de dispensa de licitação; por fim, há a **cota especial**, com destinação única para o atendimento de programas e projetos desenvolvidos pela SEED-PR.

A seguir, é apresentado um quadro que evidencia as cotas de recursos existentes, bem como as especificações de despesas que compete a cada uma delas:

Quadro 1- Cotas de recursos disponíveis do Fundo Rotativo e suas especificações – Paraná – 2016.

Cota Normal	Consumo	Material de Consumo: Gás de cozinha, lâmpadas e luminárias, materiais de construção, elétrico, hidráulico, materiais de expediente, de laboratório, segurança, material didático, material esportivo, peças de reposição, produtos de higiene, materiais de limpeza, utensílios de copa e cozinha, vidros, carimbos, entre outros.
	Serviços	Prestação de Serviços: Consertos de conjuntos escolares; despesas oriundas de conta no banco; equipamentos de cozinha; de informática; de laboratório; de mobiliários; fotocópias; e pequenos reparos na infraestrutura do prédio, entre outros.
Cota Extra	Despesas de Capital	Equipamentos Permanentes: Liquidificador, geladeira, filtro de água, ventilador, extintor, frizer, microfone, alarmes, enciclopédias; fogão, enciclopédias entre outros.
		Melhoria no Prédio: Execução de obras ou serviços de engenharia em ambiente escolar existente, como: construção de muro; passarelas; calçadas; central de gás; rampas; alambrados; telas de proteção; paisagismo; fechamento lateral e iluminação de quadra esportiva, entre outros.
Cota Especial	Programas/ Projetos	Atividades especiais desenvolvidas pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED-PR).

Fonte: Manual de Operacionalização do Fundo Rotativo de 2016. Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/manualfr_2012.pdf>. Acesso em: 06/05/2016.

As compras feitas com os recursos do Fundo Rotativo devem ser pagas à vista, devendo ser obedecidas as seguintes normas que constam no Manual de Operacionalização (PARANÁ/SEED, 2016, p.14) para a execução das despesas:

- As despesas deverão ser precedidas **de no mínimo 03 (três) pesquisas de preços**, acompanhadas dos respectivos orçamentos, objetivando a economicidade dos recursos públicos.
Para orçamentos com itens de consumo:
- Certidões Negativas de Débitos das empresas nas esferas Municipal, Estadual e Federal;
- Consultar na Receita Estadual a descrição da atividade para verificar se a empresa pode comercializar o material em pauta;
- Para as empresas que fornecem recargas de extintores, além dos documentos obrigatórios de situação cadastral, devem ter obrigatoriamente autorização do INMETRO e Alvará de Funcionamento;

- Para as empresas que fornecem cargas de gás de cozinha – GLP, além dos documentos obrigatórios de situação cadastral, devem ter obrigatoriamente a autorização da ANP e Alvará de Funcionamento;
Para orçamentos de Prestação de Serviços:
- Certidões Negativas de Débitos das empresas nas esferas Municipal, Estadual e Federal;
- Consultar na Receita Federal a descrição da atividade para verificar se a empresa pode prestar o serviço em pauta;
- Para as empresas que prestam serviços de desinfecção de caixa d'água, desratização, dedetização e congêneres, além dos documentos obrigatórios de situação cadastral, devem ter obrigatoriamente o Alvará Sanitário;
- Para as empresas que prestam serviço de inspeção em ensaio hidrostático de extintores e mangueiras de incêndio, além dos documentos obrigatórios de situação cadastral, devem ter obrigatoriamente autorização do INMETRO e Alvará de Funcionamento;
- **Cota Extra:** Para empresas que prestam serviços de transporte de pessoas, além dos documentos obrigatórios de situação cadastral, devem ter obrigatoriamente a Inscrição Intermunicipal e Interestadual e a Autorização da ANTT;

2.1.2 Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)

O **Programa Dinheiro Direto na Escola** (PDDE) é uma ação do MEC, executada pelo FNDE, que consiste no repasse de recursos financeiros às escolas públicas, através de crédito em conta bancária da Unidade Executora (UEX) ou da APMF. Os recursos têm por finalidade contribuir para a execução de ações que possibilitem a participação social e gestão autônoma da instituição de ensino público, buscando assim consolidar uma gestão democrática. (FNDE, 2016)

Conforme o **Manual de Operacionalização do Programa Dinheiro Direto na Escola** (PARANÁ/SEED, 2014, p.1), os critérios básicos para a participação de uma escola pública no PDDE são os seguintes:

- Ter participado do CENSO ESCOLAR do ano anterior, uma vez que os recursos são transferidos conforme o número de alunos.
- Efetivar o cadastro até 30 de junho, por intermédio do sistema PDDEWeb, disponível no sítio www.fnde.gov.br.
- As Unidades Executoras deverão informar ao FNDE, até o dia 31 de dezembro de cada exercício, por intermédio do sistema PDDEWeb, os percentuais de **recursos** que desejarão receber em **custeio** e/ou **capital** no exercício subsequente ao da informação.
- Não estar inadimplente com prestação de contas de recursos do PDDE recebidos anteriormente. Incorrendo na omissão ou inadimplência de prestação de contas do PDDE, ficam impedidas de receber recursos.

Ainda, conforme o Manual de Operacionalização do PDDE (PARANÁ/SEED, 2014, p.2), os recursos transferidos às instituições públicas de ensino destinam-se à cobertura de despesas de custeio, manutenção e pequenos investimentos, de forma a contribuir, supletivamente, para a melhoria física e pedagógica dos estabelecimentos de ensino beneficiários, devendo ser empregados:

- I – na aquisição de material permanente, quando receberem recursos de capital;
- II – na manutenção, conservação e melhoria da estrutura física e pequenos reparos da unidade escolar;
- III – na aquisição de material de consumo necessário ao funcionamento da escola;
- IV – na avaliação de aprendizagem;
- V – na implementação de projeto pedagógico;
- VI – no desenvolvimento de atividades educacionais;
- VII – na despesa cartorária

O suprimento repassado através do PDDE não pode ser aplicado nas seguintes despesas, conforme o que consta no Manual de Operacionalização do PDDE (PARANÁ/SEED, 2014, p.7):

Na compra de bens e na contratação de serviços que **individualizem** sua utilização ou doação (a exemplo de materiais e uniformes escolares para distribuição aos alunos), ou que concorram com o objeto de programas instituídos (como o da alimentação escolar, do livro didático e outros) financiados pelo FNDE.

- Transferência dos recursos do PDDE para qualquer outra conta, bem como alteração de Banco e/ou Agência;

No pagamento de:

- Servidores da Administração Pública Federal, Estadual, Distrital ou Municipal e da UEx (APMF);
- Gêneros alimentícios;
- Festividades e comemorações (coquetéis, recepções, etc.);
- Água, energia elétrica e taxas de qualquer natureza;
- Combustíveis (gás de cozinha, gasolina, diesel, etc.) materiais para manutenção de veículos, transportes para desenvolver ações administrativas;
- Tarifas bancárias como: cheque, extrato bancário, encargo por devolução de cheque, além de outros;
- Obras: construções, ampliações de escolas e de salas de aula;
- Pessoa física, mediante recibo.

Para a aquisição de bens e materiais de consumo, é necessário que o diretor ou diretora, junto com o conselho escolar e a APMF, sigam as seguintes condições

recomendadas no Manual de Operacionalização do PDDE (PARANÁ/SEED, 2014, p.6), referente ao sistema de pesquisa de preço:

- Seleção, em reunião com seus membros e/ou representantes da comunidade escolar, dos materiais e bens a serem adquiridos e/ou serviços a serem contratados, de acordo com os valores solicitados no cadastramento e com a finalidade do Programa, devendo ser registrado **em Ata** os produtos e/ou serviços escolhidos e os motivos que determinaram as escolhas. A Ata deverá ser fixada na escola em local de fácil acesso e visibilidade de modo a divulgar as aquisições que serão realizadas com o repasse do PDDE.
- Realização de pesquisa de preços dos produtos e/ou serviços, indicados na ata, junto ao maior número possível de fornecedores e/ou prestadores que atuem nos ramos relacionados com a natureza do produto e dos serviços a ser adquirido e/ou contratado, sendo obrigatório a avaliação de, no mínimo, 3 (três) orçamentos, a fim de evitar quaisquer favorecimentos e a garantir a escolha da proposta mais vantajosa.
- Preenchimento do formulário de Consolidação de Pesquisa de Preço na qual será indicado o menor orçamento obtido para cada item pesquisado, com vistas à identificação do fornecedor ou prestador do qual poderá ser feita a aquisição dos materiais e bens ou a contratação dos serviços. O formulário deverá ser fixado na escola em local de fácil acesso e visibilidade.
- Lavratura de ata na qual deverá ser indicado o fornecedor e/ou prestadores vitoriosos e explicitados os critérios de escolha, bem como apontados os esclarecimentos considerados necessários.

2.2 CÁLCULOS DOS RECURSOS REPASSADOS ÀS ESCOLAS PÚBLICAS

Os valores repassados às escolas públicas, tanto em relação ao PDDE como ao Fundo Rotativo, estão associados ao número de matrículas, levantadas pelo censo escolar, referente ao ano anterior ao repasse.

2.2.1 Fundo Rotativo

Com relação à **cota normal**, os recursos são liberados de acordo com o programa de descentralização estabelecido pela Fundação Educacional do Paraná (Fundepar), e ocorrem, mensalmente, a partir do mês de fevereiro até o mês de novembro, totalizando, assim, 10 parcelas.

Desde a implantação desse programa, em 1992, somente a partir de 2002 foram adotados novos critérios de distribuição de recursos. Em uma consulta ao sítio eletrônico do Governo do Paraná, em fevereiro de 2016, esses critérios eram os abaixo relacionados:

- Valor linear de R\$ 200,00 por estabelecimento de ensino;
- Escolas acima de 1.000 alunos deixam de receber o valor linear, exceto as escolas que ofertam somente o ensino fundamental;
- As escolas que ofertam o ensino fundamental recebem o valor linear, mais valor *per capita* aluno;
- As escolas que ofertam ensino fundamental e médio recebem o valor linear mais valor *per capita* sobre o número de alunos do ensino fundamental e 2 (duas) vezes o valor *per capita* sobre o número de alunos do ensino médio;
- As escolas que funcionam em 4 (quatro) turnos recebem o valor linear mais 20% sobre o valor *per capita*;
- As escolas associadas recebem o valor linear mais 20% sobre o valor *per capita*;
- O Centro Estadual de Educação Básica de Jovens e Adultos (CEEBJA) e o Núcleo Avançado de Estudos Supletivos (NAES) recebem o valor linear mais o valor *per capita* equivalente a 50% sobre o número de alunos matriculados (valor máximo liberado sobre 3.500 alunos).

Conforme os critérios acima, é possível identificar que é a quantidade de estudantes matriculados e não o tamanho do estabelecimento escolar o critério utilizado para a distribuição dos recursos. Conforme Amboni (2007, p. 13):

A liberação de recursos leva em consideração o número de estudantes matriculados e não o tamanho do prédio público, nem tampouco a área em que o prédio está edificado. É preciso buscar uma nova orientação para que a distribuição seja justa. Há escolas que, por sua horizontalização tenham necessidade de maiores recursos, pois seus pátios não são totalmente edificados e necessitam de equipamentos e recursos humanos para sua limpeza, diferentemente daquelas que são verticalizadas e que possuem pátios não urbanizados, isto é, pátios com gramas, capins e outras plantas daninhas e sua manutenção não é realizada pelos servidores do estado. É preciso, portanto, uma reestruturação no fator distributivo para tornar justo o Fundo Rotativo.

2.2.2 Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)

Conforme a Resolução/CD/FNDE nº10, de 18 de abril de 2013 e o sítio eletrônico do FNDE, no que diz respeito ao PDDE, a fórmula do cálculo de repasses é realizada através da soma de um valor fixo com um valor variável *per capita* (com base no número de estudantes, localidade da escola e modalidade de ensino). Esse valor *per capita* é calculado a partir do número de estudantes da educação básica, recenseados no ano anterior ao do repasse, e considerando a situação da unidade escolar em que os alunos estão matriculados. Esses valores estão apresentados na Tabela 1, a seguir:

Tabela 1- Valores fixos e *per capita* utilizados no cálculo dos repasses do Programa Dinheiro Direto na Escola– Brasil – 2013.

Especificação	Valor Fixo (R\$)	Valor <i>Per Capita</i> (R\$)
Escola pública urbana com Unidade Executora	1.000,00	20,00
Escola pública rural com Unidade Executora	2.000,00	20,00
Escola privada de educação especial	1.000,00	60,00
Escola pública urbana sem Unidade Executora	-	40,00
Escola pública rural sem Unidade Executora	-	60,00
Público alvo da educação especial em escola pública	-	80,00

Fonte: Resolução CD/FNDE nº 10, de 18 de abril de 2013. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/resolucoes/item/4386-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-10,-de-18-de-abril-de-2013>>. Acesso em: 23/05/2016.

Conforme o artigo 11 da Resolução anterior, os **recursos de capital** e de **custeio** são repassados da seguinte maneira:

§ 3º As UEx, representativas de escolas públicas e de polos presenciais da UAB, e as EM, representativas de escolas privadas de educação especial, deverão informar ao FNDE, até o dia 31 de dezembro de cada exercício, por intermédio do sistema PDDEWeb, os percentuais de recursos que desejarem receber em custeio e/ou capital no exercício subsequente ao da informação.

§ 4º Em caso de não adoção da iniciativa referida no parágrafo anterior, serão destinados:

I - às escolas públicas com UEx e polos presenciais da UAB, 80% (oitenta por cento) em recursos de custeio e 20% (vinte por cento) em recursos de capital; e

II - às EM, 50% (cinquenta por cento) em recursos de custeio e 50% (cinquenta por cento) em recursos de capital.

§ 5º As escolas públicas com até 50 (cinquenta) estudantes matriculados na educação básica que não possuem UEx somente serão beneficiadas com recursos de custeio.

3 MATERIAL E MÉTODO

Esta pesquisa consistiu num estudo de caso realizado no Colégio Estadual Sebastião Saporski, e baseou-se em consulta de documentos no colégio e em aplicações de questionários. O foco foi a parte financeira do colégio, os valores recebidos e como eles foram aplicados. O estudo limitou-se aos anos de 2013 e 2014.

Segundo Yin (2001), estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto, em situações nas quais as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não estão claramente estabelecidos.

Conforme Gil (2010), existe uma dificuldade em generalizar os resultados obtidos através do estudo de caso:

A impossibilidade de generalização dos resultados obtidos com o estudo de caso constitui séria limitação deste tipo de delineamento. A análise de um único ou de poucos casos de fato fornece uma base muito frágil para a generalização. No entanto, os propósitos do estudo de caso não são os de proporcionar o conhecimento preciso das características de uma população, mas sim o de proporcionar uma visão global do problema ou de identificar possíveis fatores que o influenciam ou são por eles influenciados. (GIL, 2010, p. 38).

Este trabalho teve como referência as leis e documentos federal e estaduais, sobre os recursos financeiros repassados às instituições públicas de ensino; bem como, documentos oficiais do Colégio Estadual Sebastião Saporski.

Como o objetivo geral deste trabalho era verificar se os recursos financeiros distribuídos ao colégio eram suficientes para atender as suas demandas, foi realizado um questionário para estudantes, professores e demais trabalhadores da educação como forma de identificar se, no Colégio Estadual Sebastião Saporski, as condições de trabalho estavam adequadas ao processo de ensino e aprendizagem. Esse questionário encontra-se no Apêndice B.

Segundo dados colhidos no portal educacional do governo do Paraná, o Colégio Estadual Sebastião Saporski, em 09 de abril de 2016, teve 434 matrículas,

distribuídas nos períodos matutino e vespertino, 34 professores e 14 outros servidores. Portanto, para a aplicação do questionário, em maio de 2016, a população considerada foi de 482. Devido ao tempo escasso e à disponibilidade de aplicar o questionário a toda essa população, foi feita uma **amostragem por conveniência**, a qual consiste em uma **amostragem não probabilística**.

A princípio, decidiu-se selecionar quatro turmas, sendo duas do período matutino do ensino médio e duas do vespertino do ensino fundamental. Porém, a pedagoga do colégio sugeriu somente as turmas da manhã, pois acreditava que os estudantes do vespertino, somente do ensino fundamental, não teriam maturidade para responder tal questionário. Portanto, o questionário foi aplicado a uma turma do 9º ano do ensino fundamental do período matutino e em uma turma do 1º, 2º e 3º anos do ensino médio, totalizando quatro turmas.

Com relação aos professores e demais servidores, decidiu-se que todos, voluntariamente, poderiam responder ao questionário, porém, somente 13 o fizeram.

Assim, entre estudantes, professores e demais servidores foi coletada uma amostra de 112 questionários respondidos, conforme a Tabela 2, abaixo.

Tabela 2 - Respondentes ao questionário aplicado no Colégio Estadual Sebastião Saporski – Curitiba – Paraná - 2016

Respondentes	Quantidade de respondentes
Estudantes do 9º ano - Ensino Fundamental	24
Estudantes do 1º ano - Ensino Médio	23
Estudantes do 2º ano - Ensino Médio	26
Estudantes do 3º ano - Ensino Médio	26
Professores	09
Demais Servidores	04
Total	112

Fonte: A autora.

O questionário foi desenvolvido de forma a verificar como os respondentes percebem o colégio, a respeito da infraestrutura escolar, manutenção e materiais necessários para o ensino; a respeito dos recursos financeiros aplicados no colégio, e a respeito da atuação do gestor escolar, do conselho escolar e da APMF com relação ao gerenciamento dos recursos financeiros. O questionário consta no Apêndice B.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS DO COLÉGIO ESTADUAL SEBASTIÃO SAPORSKI

O Colégio Estadual Sebastião Saporski está localizado na Rua Maria de Lourdes Mickosz, nº 350, no bairro Taboão, Curitiba, Paraná. Ele possui um total de 9.202,54 m², sendo 2.791,82 m² de área construída. Atualmente, o colégio atende alunos do ensino fundamental e médio, com funcionamento nos períodos da manhã e da tarde, de acordo com informações fornecidas pelo Colégio.

Ainda, conforme dados disponibilizados pelo Colégio, em 2013, teve um total de 573 estudantes matriculados e, no ano seguinte, houve uma redução de, aproximadamente, 14% no número de matrículas, totalizando 495 estudantes matriculados. Dados esses, coletados através de um questionário realizado com a diretora do Colégio. O questionário encontra-se no Apêndice A.

Adiante, no Quadro 2, é apresentado os ambientes que compõe a infraestrutura física do Colégio Estadual Sebastião Saporski.

Segundo a diretora do Colégio, em entrevista realizada em 2015, com essa infraestrutura, o Colégio tem capacidade para comportar até 700 estudantes; porém, a média está em torno de 500 estudantes matriculados por ano, aproximadamente.

Com relação ao porte, o Colégio é classificado como de **pequeno porte**, de acordo com a SEED-PR, que adota a seguinte classificação: escola de grande porte são aquelas que atendem mais de 2000 estudantes; de médio porte, aquelas que atendem entre 1000 e 2000 estudantes, e de pequeno porte, até 1000 estudantes.

Conforme levantamento feito no Colégio, por meio do questionário do Apêndice A, a respeito da infraestrutura, foi possível classificá-lo como sendo um colégio de **infraestrutura adequada**. Dessa forma, não pôde ser considerada uma **infraestrutura avançada**, pois não cumpria o item de possuir uma construção propícia para atender estudantes com necessidades especiais, com salas de aula e

banheiros apropriados a esses estudantes; além de não possuir uma entrada do prédio adequada aos portadores de deficiência, conforme recomenda a lei da acessibilidade.

Quadro 2 - Ambientes que compõem a infraestrutura física do Colégio Estadual Sebastião Saporski – Curitiba - Paraná – 2015.

Espaço físico	Sim	Não	Quantas (os)?	Observações
Salas de aula	x	-	10	-
Banheiros para alunos	x	-	2	1 masculino e 1 feminino, sendo 8 vasos sanitários em cada banheiro
Banheiros para professores e funcionários	x	-	2	1 masculino e 1 feminino sendo, 4 vasos sanitários em cada banheiro
Biblioteca	x	-	1	-
Laboratório de Biologia/Física/Química	x	-	1	1 espaço físico para as três disciplinas
Laboratório de Matemática	-	x	-	-
Laboratório de Informática	x	-	1	18 computadores
Sala de Artes	-	x	-	-
Sala de Multimídia	-	x	-	-
Quadra Esportiva	x	-	1	Coberta
Pátio	x	-	2	-
Cozinha com Refeitório	x	-	1	6 mesas e 12 bancos
Cantina Comercial	x	-	1	-
Sala de Professores	x	-	1	-
Sala de Coordenação Pedagógica	x	-	1	-
Sala da Direção	x	-	1	-
Secretaria	x	-	1	-

Fonte: A autora, baseada em dados disponibilizados pelo colégio, em 2015.

4.2 RECURSOS FINANCEIROS RECEBIDOS PELO COLÉGIO ESTADUAL SEBASTIÃO SAPORSKI, EM 2013 E 2014

4.2.1 Fundo Rotativo

Pelo governo do Paraná, através do **Fundo Rotativo**, em 2013, foi repassado ao Colégio Estadual Sebastião Saporiski um valor total de R\$ 28.133,60, referente à **cota normal** (consumo e serviços), e R\$ 106.357,76 referente à **cota extra**. Em 2014, o valor repassado referente à **cota normal** (consumo e serviços) foi de R\$ 19.944,60, menor que no ano anterior, devido à redução no número de matrículas. Com relação à **cota extra**, houve uma reprogramação do valor de R\$ 102.542,48, recebido em dezembro de 2013. Esses valores foram obtidos em entrevista com a diretora do Colégio, conforme o questionário do Apêndice A.

A seguir, é apresentada a Tabela 3 com os valores repassados pelo **Fundo Rotativo**, referentes a 2013 e 2014:

Tabela 3 - Valores repassados ao Colégio Estadual Sebastião Saporiski, em 2013 e 2014, através do Fundo Rotativo – Curitiba – Paraná - 2016

Tipo de Cota	2013 (R\$)	2014 (R\$)
Normal Consumo	20.035,20	14.401,40
Normal Serviço	8.098,40	5.543,20
Extra Complementação de Merenda	1.315,28	-
Extra Reparos/Descentralização	102.542,48 ⁽¹⁾	102.542,48
Extra Serviços/Brigada Escolar	2.500,00	-
Total	134.491,36	122.487,08

Fonte: A autora, baseada em consulta de dados do colégio.

⁽¹⁾ Valor reprogramado para 2014.

4.2.2 Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)

Os valores repassados pelo governo federal, em 2013 e 2014, ao Colégio Estadual Sebastião Saporiski, foram transferidos através de parcela única. Atualmente, conforme o que consta na Resolução CD/FNDE/MEC nº 16, de 9 de dezembro de 2015, o montante de recursos a ser transferido anualmente às escolas, é repassado em duas parcelas, sendo uma em cada semestre, observando intervalo mínimo de quatro meses entre elas.

Com referência a 2013 e 2014, o Colégio recebeu os seguintes recursos disponibilizados pelo **PDDE**, conforme a Tabela 4, a seguir:

Tabela 4 - Recursos recebidos pelo Colégio Estadual Sebastião Saporiski, em 2013 e 2014, através do Programa Dinheiro Direto na Escola – Curitiba – Paraná - 2016

Tipo de Cota	2013 (R\$)	2014 (R\$)
Capital	2.836,00	1.276,00
Custeio	11.344,00	5.104,00
Total	14.180,00	6.380,00

Fonte: A autora, baseada em consulta a dados do colégio.

Ainda, o Colégio recebeu o valor de R\$ 6.000,00 pelo PDDE Qualidade, que abrange os seguintes programas como: “Ensino Médio Inovador”, “Mais Cultura”, “Escola de Fronteira”, “Atleta na Escola, Escola Sustentável”. Valor esse que não está presente na Tabela 4, por se tratar de um recurso que não atinge financeiramente a todos os estudantes, professores e demais servidores do colégio.

4.2.3 Recursos Próprios

Além dos recursos financeiros públicos, repassados pelos governos estadual e federal, em 2013 e 2014, o Colégio Estadual Sebastião Saporiski teve como recursos próprios os valores apresentados na Tabela 5, a seguir:

Tabela 5 - Recursos próprios arrecadados pelo Colégio Estadual Sebastião Saporiski, em 2013 e 2014 – Curitiba – Paraná - 2016

Fonte	2013 (R\$)	2014 (R\$)
Festa, rifas e fotocópias.	12.463,35	8.093,22

Fonte: A autora, baseada em dados disponibilizados pelo Colégio.

4.3 APLICAÇÕES DOS RECURSOS FINANCEIROS RECEBIDOS PELO COLÉGIO ESTADUAL SEBASTIÃO SAPORSKI

Os recursos públicos recebidos via **Fundo Rotativo** foram utilizados pelo Colégio Estadual Sebastião Saporiski na aquisição de materiais de consumo, por meio da **cota normal de consumo**; como também na execução de serviços, por meio da **cota normal de serviço**, como pode ser verificado na Tabela 6, adiante.

Conforme a Tabela 3, anterior, o Colégio recebeu um valor de R\$ 1.315,28, do **Fundo Rotativo**, em 2013, pagos em duas parcelas no valor de R\$ 657,64 cada. Uma delas, referente à complementação da merenda, sendo uma **cota extra** para compra de alimentos não perecíveis, não contemplados pelo **Programa Estadual de Alimentação Escolar (PEAE)**, e uma para a compra de alimentos perecíveis, como forma de melhoria da alimentação escolar.

Tabela 6 - Aplicações do Fundo Rotativo no Colégio Estadual Sebastião Saporiski em 2013 e 2014 – Curitiba – Paraná - 2016

Aplicações do Fundo Rotativo	2013 (R\$)	2014 (R\$)
Total distribuído	134.491,36	122.487,08
Despesas	26.964,96	122.413,07
Recolhimentos	1.777,57	74,01
Saldo	102.542,48 ⁽¹⁾	-

Fonte: A autora, baseada em consulta a dados do colégio.

⁽¹⁾ Valor reprogramado para 2014.

Com relação à **cota normal de consumo e de serviço** (ver Tabela 3) foram comprados materiais de expediente, de segurança, de produtos de higiene, de limpeza, de construção, elétrico, hidráulico, de copa e cozinha, de informática, de esporte e recreação, de laboratório, lâmpadas e luminárias, material didático, jogos pedagógicos e materiais para atividade extracurricular; além do que houve gastos com a manutenção e conservação predial do Colégio, como pequenas pinturas e algumas trocas de vidros.

Dessa forma, em 2013, conforme a ata da reunião realizada com a diretora, a APMF e o conselho escolar, cumpriram-se os gastos propostos para o referido ano.

Em 2014, o Colégio Estadual Sebastião Saporiski teve um gasto no valor de R\$ 96.333,04, recebido através da **cota extra**, reprogramada do ano anterior, para reformas do prédio. Com esse valor, houve a troca dos forros na maior parte dos ambientes, reparo nos telhados e nos encanamentos. Em 2014, ainda, a quadra esportiva do colégio foi coberta, por meio de uma demanda antiga licitada pelo governo do estado, para a qual o valor gasto não está incluso na Tabela 6, anterior. Além desses gastos, o Colégio seguiu com as mesmas aplicações de valores referentes a 2013, como compras de materiais de expediente, didático, esportivo, de limpeza e higiene.

Com relação ao **PDDE**, conforme a Tabela 7, abaixo, é possível verificar em que situações esses repasses foram aplicados, referentes a 2013 e 2014. Ressalta-

se que tais aplicações estavam previstas em atas das reuniões realizadas com a diretora, o conselho escolar e a APMF.

Tabela 7- Aplicações do Programa Dinheiro Direto na Escola em 2013 e 2014 no Colégio Estadual Sebastião Saponski – Curitiba – Paraná - 2016

Aplicações do PDDE	2013 (R\$)	2014 (R\$)
Total Distribuído	14.443,48	6.380,00
Total das Despesas	14.440,03	6.363,10
Total dos Recolhimentos	3,45	16,90

Fonte: A autora, baseada em consulta a dados do colégio.

Com os valores recebidos em 2013, via PDDE, em reunião realizada pela diretora, pelo conselho escolar e pela APMF decidiu-se que seriam gastos conforme o que consta em ata: limpeza da caixa de água, reparos nas fechaduras, no interfone, nos ventiladores (compra de novos), peças para repor no bebedouro, compra de dicionários de espanhol e inglês (10 de cada); aquisição de material esportivo (6 bolas de futsal, rede nova, bola para outros esportes, raquetes para *bedmington*); aquisição de livros de literatura; compra de rádio, aparelho de DVD, *notebook*, um quadro para sala de aula e utensílios para cozinha e banheiro.

Já em 2014, o valor recebido via PDDE foi menor. Conforme consta em ata, as aplicações referente à **cota de custeio** foram utilizadas na renovação da licença do *software* Urânia (utilizado para elaboração do horário dos professores), nas despesas com material de construção, hidráulico e elétrico, na mão de-obra com a manutenção e reparo do imóvel, na aquisição de material esportivo e material de limpeza e higiene. Referente à **cota de capital**, foi proposta a aquisição de equipamentos de cozinha e limpeza.

4.4 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS NO COLÉGIO ESTADUAL SEBASTIÃO SAPORSKI

A primeira questão do questionário aplicado a estudantes, professores e demais servidores do Colégio Estadual Sebastião Saporski, que se encontra no Apêndice B, foi sobre os **espaços físicos e a infraestrutura escolar**, de forma a verificar se esses estavam adequados para um bom desenvolvimento do trabalho pedagógico. O resultado consta no Gráfico 1, a seguir:

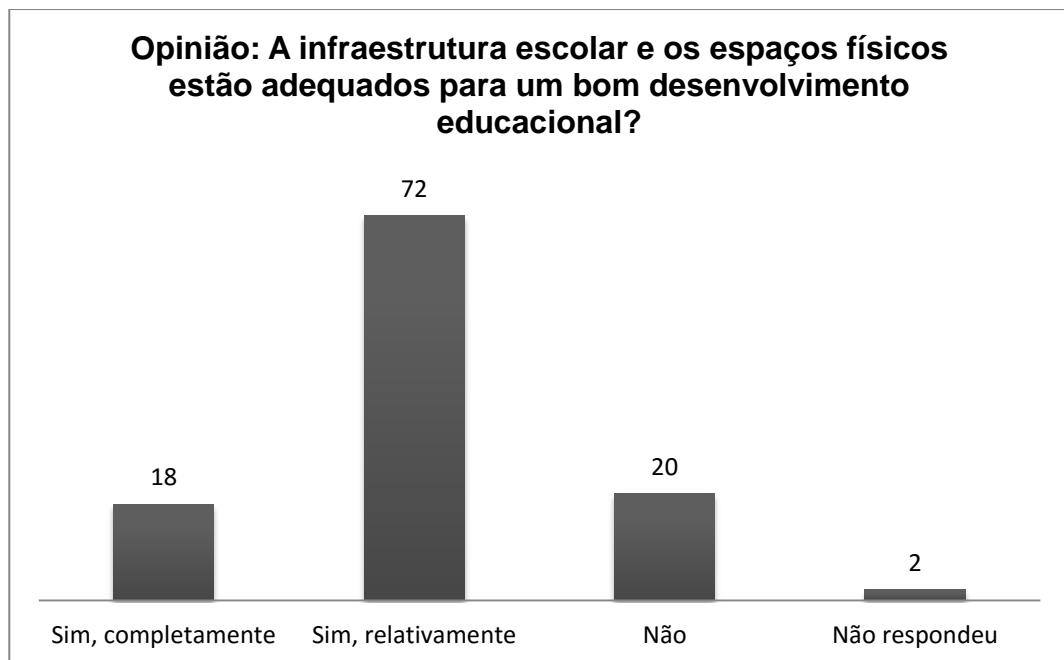


Gráfico 1 - Opinião sobre a infraestrutura escolar e os espaços físicos se estão adequados para um bom desenvolvimento educacional – Colégio Estadual Sebastião Saporski – Curitiba - Paraná – 2016

Fonte: A autora.

É possível notar, através do Gráfico 1, que mais de 60% dos respondentes achavam que o Colégio estava relativamente bom, em relação ao espaço físico e à infraestrutura escolar. Alguns estudantes relataram sobre a falta de ventiladores em sua sala de aula, que a tv *pendrive* não funcionava há muito tempo, assim como alguns computadores do laboratório de informática. Também opinaram sobre a falta de um auditório, sala de vídeo, de mais canchas cobertas (só existe uma, e construída recentemente), e do pequeno espaço para o refeitório.

A segunda questão presente no questionário do Apêndice B foi com relação **aos recursos humanos e pedagógicos** disponíveis no Colégio; se estavam adequados para o desenvolvimento do trabalho escolar. Os resultados estão no Gráfico 2, a seguir:

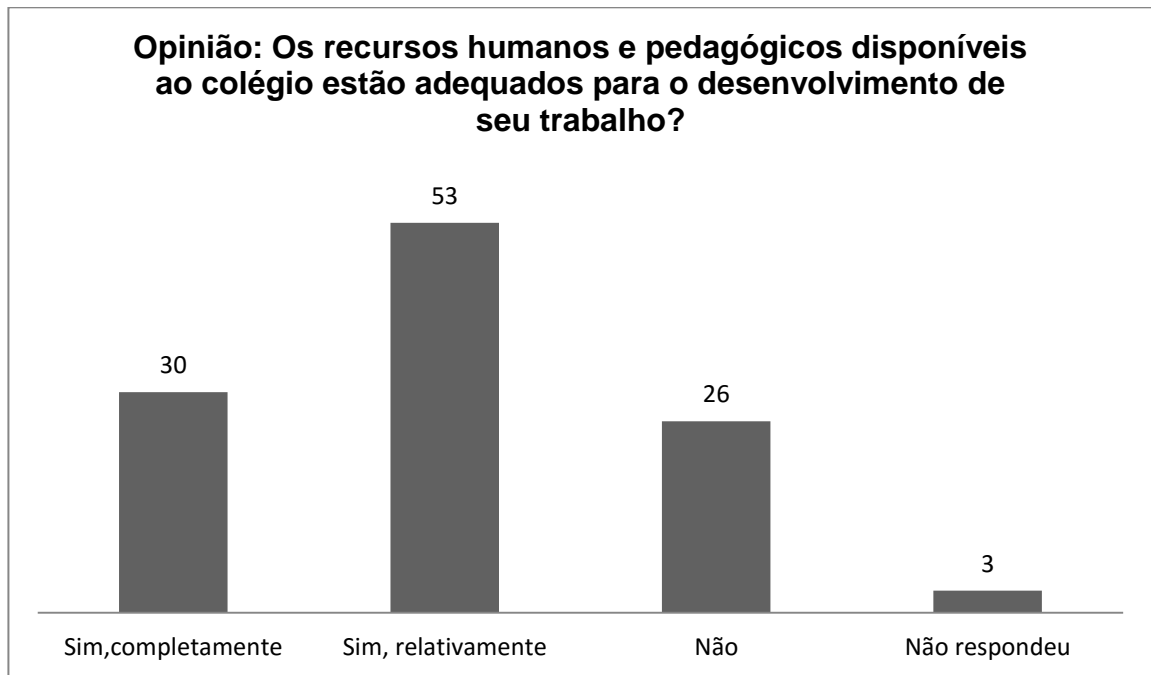


Gráfico 2 - Opinião sobre os recursos humanos e pedagógicos disponíveis no Colégio Estadual Sebastião Saporski se são adequados para o desenvolvimento de seu trabalho – Curitiba - Paraná – 2016

Fonte: A autora.

Novamente, foi possível perceber que grande parte dos respondentes estava relativamente de acordo com a atual situação do colégio, uma vez que não houve sugestões de melhoria. Conforme o Gráfico 2, alguns que opinaram “não” relataram que: faltam recursos pedagógicos e materiais didáticos para que as aulas sejam mais interativas; as aulas não deveriam ser tão tradicionais só com o uso de quadro, giz e livro didático; faltam profissionais nos laboratórios de informática, de biologia, química e física.

Pelos argumentos dos que não estavam de acordo com a atual situação do colégio, pode-se julgar que os que estavam de acordo, muitas vezes, podiam estar acomodados, sendo que é sempre possível vislumbrar o avanço de melhorias.

Foi solicitado, no questionário, que os respondentes classificassem os **ambientes e itens do colégio**, com relação à **conservação**, e os resultados obtidos foram os seguintes:

Tabela 8 - Classificação dos itens e ambientes do Colégio Estadual Sebastião Saporski, com relação à conservação – Curitiba - Paraná – 2016

Itens	Respostas, em %		
	Adequado	Regular	Inadequado
Entrada do Prédio	46,4	37,5	16,1
Paredes Externas	54,5	40,2	5,3
Paredes Internas	52,7	38,4	8,9
Pisos	50,9	44,6	4,5
Janelas	35,7	49,1	15,2
Portas	62,5	29,5	8,0
Pátios	59,8	35,7	4,5
Corredores	75,0	21,4	3,6
Sala de Aula	45,5	41,1	13,4
Laboratório de Informática	33,0	32,1	34,9
Laboratórios de Ciências: Biologia, Química e Física	48,2	29,5	22,3
Biblioteca	58,9	28,6	12,5
Quadra Esportiva	55,4	34,8	9,8
Sala de Professores	71,5	19,6	8,9
Sala de Diretoria	82,1	17,9	-
Sala de Apoio Pedagógico	58,0	36,6	5,4
Secretaria	73,2	26,8	-
Cozinha	54,5	34,8	10,7
Refeitório	47,3	40,2	12,5
Banheiros	25,0	22,3	52,7
Fornecimento esgoto, água e luz	78,6	20,5	0,9
Fotocopiadoras para servidores e estudantes	52,7	36,6	10,7
TVs e DVs	17,0	25,9	57,1

Fonte: A autora.

Nota: Houve um total de 112 respondentes, de uma população de 482.

Através da Tabela 8, anterior, é possível verificar que os maiores problemas encontrados, conforme a opinião dos estudantes, professores e demais servidores do Colégio, foram em relação às janelas, ao laboratório de informática, aos banheiros e às *TVs pendrive*, não significando que os demais itens e ambientes estivessem totalmente adequados para o desenvolvimento do trabalho escolar.

Referentes às janelas, alguns respondentes alegaram ser preciso trocar vidros, assim como também a própria estrutura da janela. No caso do laboratório de informática, como já descrito acima, apontaram que alguns computadores não funcionavam adequadamente, assim como também a internet. Portanto, não atendia a demanda do número de estudantes e servidores do Colégio, sendo que alguns alegaram nunca terem ido ao laboratório e gostariam que ele estivesse aberto para que pudessem realizar atividades educacionais solicitadas pelos professores; já que alguns estudantes afirmaram não possuir computadores nas suas casas. Quanto aos banheiros, a maior reclamação foi referente à falta de produtos de consumo, como papel higiênico e sabonete, mas também na sua manutenção, pois, conforme relataram, faltava tranca nas portas, tampa nos vasos sanitários e alguns declararam que os banheiros eram muito antigos, necessitando de uma reforma urgente. Em relação às *TVs pendrive*, muitos respondentes colocaram que elas nem estavam sendo utilizadas, pois simplesmente não funcionavam. Ressaltaram que o projeto da *TV pendrive* foi desenvolvido em 2007, quando o governador do Paraná era outra pessoa; que o objetivo de tal projeto era proporcionar a estudantes e professores da rede pública estadual de ensino a inserção de tecnologias, para fomentar novas formas de ensino e aprendizagem.

Embora as maiores reclamações foram as expostas acima, alguns itens considerados como regular pelos respondentes, merecem destaque, como por exemplo: a falta de pintura interna e externa e de manutenção no jardim, ou seja, cortar o mato; salas de aula com pouco espaço e cadeiras desconfortáveis; falta de equipamentos nos laboratórios de química, física e biologia; falta de livros de literatura atualizados, de assinaturas de jornais e revistas na biblioteca; falta de materiais esportivos para as aulas de educação física, e, segundo alguns professores, necessitava-se a ampliação das salas dos professores, da sala de apoio pedagógico e do refeitório.

A partir da Tabela 8, anterior, no questionário foi também solicitado para que os respondentes opinassem sobre a suficiência dos recursos financeiros recebidos pelo Colégio, ou seja, se tais recursos atendiam as necessidades de manutenção e as pedagógicas. Os resultados estão no Gráfico 3, a seguir:

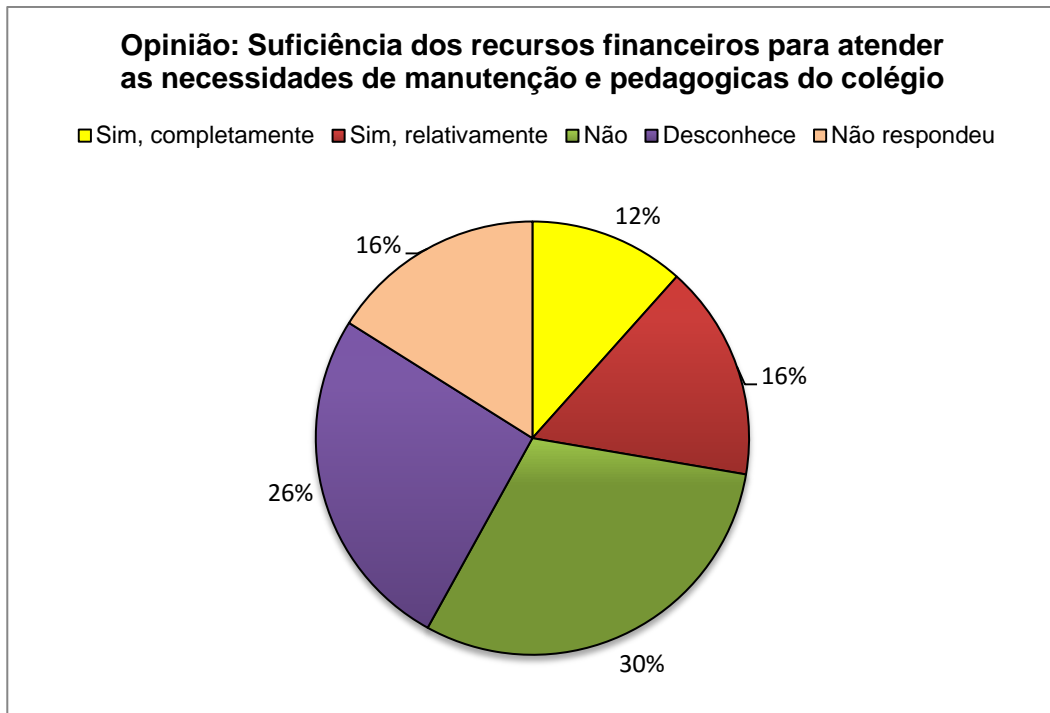


Gráfico 3 - Opinião sobre os recursos financeiros disponibilizados ao Colégio Estadual Sebastião Saporski se atendem as necessidades de manutenção e pedagógicas Curitiba - Paraná – 2016

Fonte: A autora.

Nota: Houve um total de 112 respondentes, de uma população de 482.

A maioria dos respondentes colocou que os recursos financeiros disponibilizados pelos governos estadual e federal não eram suficientes para atender a demanda da manutenção e pedagógicas do Colégio. Conforme o Gráfico 3, anterior, grande parte dos respondentes desconhecia os valores recebidos pelo Colégio. Ressalta-se que a informação sobre esses recursos estão disponíveis para estudantes, professores e demais servidores da educação, assim como, para toda a comunidade escolar, em uma consulta ao *site* educacional do governo, e também no mural do Colégio.

A última questão perguntada no questionário do Apêndice B foi se a atual equipe de gestão administrativa e pedagógica (diretora, APMF e conselho escolar) empregava adequadamente os recursos financeiros recebidos pelo Colégio; se

procurava atender as necessidades de manutenção e pedagógicas; se visava assim um bom desempenho dos trabalhos escolares. Os resultados encontrados estão disponíveis no Gráfico 4, a seguir:

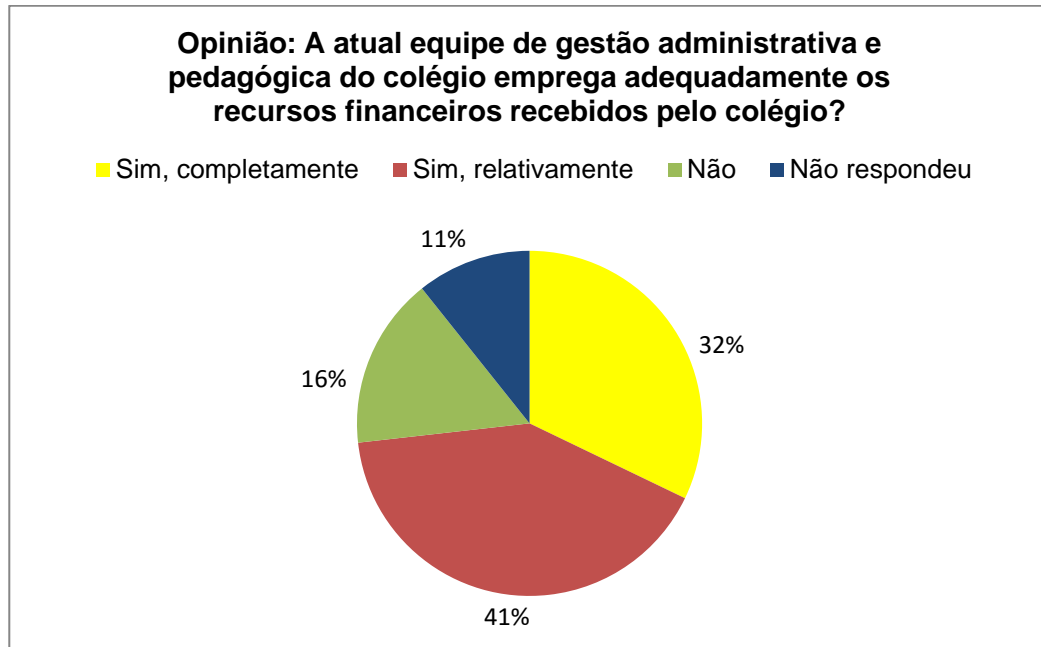


Gráfico 4 - Opinião sobre a atual gestão referente aos recursos financeiros se são empregados adequadamente no Colégio Estadual Sebastião Saporski – Curitiba - Paraná – 2016

Fonte: A autora.

Nota: Houve um total de 112 respondentes, de uma população de 482.

No Gráfico 4, é possível verificar que muitos respondentes valorizavam a atual gestão escolar. Alguns ressaltaram que quando algo é quebrado ou destruído o conserto e a troca eram realizados quase que imediatamente. Observaram também que se alguns itens não eram considerados satisfatórios não era devido à má gestão, mas à falta de verba para tantas realizações, todas elas necessárias a um bom andamento educacional.

5 CONCLUSÃO

Através desta pesquisa foi possível verificar o quão é trabalhoso e difícil gerenciar os recursos financeiros disponibilizados aos colégios da rede pública estadual do Paraná, em particular o Colégio Estadual Sebastião Saporiski, que foi utilizado como um estudo de caso, como forma de verificar e identificar se os recursos financeiros são suficientes para atender as demandas escolares, em geral.

Esta pesquisa focalizou como questão, se os problemas de infraestrutura, de manutenção, de falta de materiais necessários às atividades educacionais eram oriundos da insuficiência de recursos financeiros, da má administração escolar ou da junção de ambas as condições. A princípio pode-se dizer que, neste estudo de caso, e conforme o questionário aplicado aos estudantes, professores e demais servidores do Colégio, tomando por base as respostas à pergunta referente a atuação da diretora e os demais membros que compõe o conselho escolar e a APMF, todos responsáveis pela gestão financeira, conclui-se que a equipe de gestão escolar sabia lidar com os recursos financeiros de modo a proporcionar um atendimento de qualidade a seus estudantes, professores e demais servidores.

Esta conclusão é reforçada devido à transparência que o Colégio possuía a respeito da parte financeira, pois existia um planejamento de gastos onde os responsáveis realizavam reuniões para decidir a aplicação dos recursos, com as deliberações registradas em atas; além de cumprirem o que consta nos Manuais de Operacionalização dos Recursos Descentralizados, seja o Fundo Rotativo como também o PDDE, para a decisão, a aplicação e a prestação de contas dos valores recebidos.

É possível concluir também, que nos períodos analisados (2013 e 2014), os recursos públicos recebidos pelo Colégio não foram suficientes para atender suas demandas, uma vez que a equipe de gestão escolar preocupou-se e empenhou-se em obter recursos financeiros próprios, através de festas, bingos e rifas; como forma de suportar alguns gastos.

Portanto, pode-se vislumbrar que a causa principal de muitas escolas públicas estaduais paranaenses estarem em situações precárias é muitas vezes em relação

à insuficiência dos recursos financeiros públicos repassados pelos governos, uma vez que é de conhecimento público que as escolas são forçadas a realizarem trabalhos de levantamento de recursos financeiros.

Como este trabalho tratou de um estudo de caso, utilizando uma amostragem de conveniência na aplicação de questionário, não se pode generalizar uma conclusão para as demais escolas públicas paranaenses, de que a falta de recursos ou a má administração estão relacionadas a estruturas físicas precárias e a falta de materiais didáticos nas escolas.

Mas, certamente, se os governantes modificassem alguns critérios quanto à distribuição de verbas e se essas fossem de valores maiores, talvez existissem mais colégios públicos apropriados ao ensino de qualidade, com satisfatória infraestrutura física, materiais didáticos, de expediente, de limpeza, entre outros, para a comunidade escolar (estudantes, professores e demais servidores).

REFERÊNCIAS

AMBONI, V. Gestão democrática e controle social dos recursos financeiros destinados às escolas estaduais do Paraná. **Revista Urutagua-revista acadêmica multidisciplinar (DSC/UEM)**. Maringá-Paraná, n.13-ago/set.out/nov.2007. Disponível em: <<http://www.urutagua.uem.br/013/13amboni.htm>>. Acesso em 28/05/2015.

BRASIL. **FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Dinheiro Direto na Escola**. Resolução nº16, de 9 de dezembro de 2015. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/resolucoes/item/7928-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-mec-n%C2%BA-16,-de-9-de-dezembro-de-2015>>. Acesso: 02/05/2016.

BRASIL. **FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Dinheiro Direto na Escola**. Resolução nº10, de 18 de abril de 2013. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/resolucoes/item/4386resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-10,-de-18-de-abril-de-2013>>. Acesso em: 03/04/2016.

BRASIL. **FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Dinheiro Direto na Escola**. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/dinheiro-direto-escola/dinheiro-direto-escola-apresentacao>>. Acesso em 20/09/2015.

GIL, A.C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5 ed. revista e ampliada. Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

LIMA, A.M.B. PINTO, E.S. S; NASCIMENTO, R.C.F. **Infraestrutura escolar e a relação com o processo de aprendizagem**. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/infra-estrutura-escolar-e-a-relacao-com-o-processo-de-aprendizagem/42042/>>. Acesso em: 21/05/2016.

PARANÁ. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO (SEED). **Programa Dinheiro Direto na Escola**. Manual de Operacionalização. SEED-PR, 2014. Disponível em: <<http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/manualpdde2014.pdf>>. Acesso em 24/08/2015.

_____. **Fundo Rotativo: Manual de Operacionalização**. SEED-PR, 2016. Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/manualfr_2012.pdf>. Acesso em 06/05/2016.

_____. **Fundo Rotativo: Informações gerais.** Disponível em: <<http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=35>>. Acesso em 07/03/2016.

SILVA, W, F. **Gestão escolar e democrática de recursos financeiros, em um colégio da rede pública estadual do Paraná.** (Especialização em Gestão Estratégica da Produção) - Departamento Acadêmico de Gestão e Economia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2011. Disponível em: <http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/1218/1/CT_GPM_I_2011_82.PDF>. Acesso em: 12/05/2015.

SOARES NETO, J. J.; JESUS, G. R.; KARINO, C. A.; ANDRADE, D. F. **Uma escala para medir a infraestrutura escolar.** Est. Aval. Educ., São Paulo, v. 24, n.54,p.78-99, jan./abr.2013. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1786/1786.pdf>>. Acesso em: 17/05/2015.

YIN, R.K. **Estudo de caso. Planejamento e métodos.** 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE A

PESQUISA: ANÁLISE DA GESTÃO FINANCEIRA EM ESCOLA PÚBLICA DE CURITIBA, POR MEIO DE TÉCNICAS ESTATÍSTICAS

Data da entrevista: / /

Cargo/função do entrevistado:

Data de ingresso do entrevistado, neste colégio: / /

Descrição do Colégio

Nome do colégio: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ Cidade: _____ Estado: _____

CEP: _____

Telefones: _____

Modalidades de ensino ofertadas:

- () Ensino Fundamental
 () Ensino Médio
 () Educação de Jovens e Adultos

Turnos de funcionamento nos anos de:

2013:

- () Manhã
 () Tarde
 () Noite

2014:

- () Manhã
 () Tarde
 () Noite

Pessoal	2013	2014
Número de alunos matriculados, no início do ano.		
Número de Professores efetivos (QPM)		
Número de Professores contratados (PSS)		
Número de funcionários efetivos (exceto professores)		
Número de funcionários contratados (exceto professores)		

Nota: QPPM: Professor do Quadro Próprio do Magistério; PSS: Professores temporários por Processo Seletivo Simplificado.

Estrutura Física do Colégio no ano de 2015

Espaço físico	Sim	Não	Quantas (os)?	Observações
Salas de aula				
Banheiros para alunos				
Banheiros para professores e funcionários				
Biblioteca				
Laboratório de Biologia				
Laboratório de Física				
Laboratório de Matemática				
Laboratório de Informática				
Sala de Artes				
Sala de Multimídia				
Quadra Esportiva				
Pátio				
Cozinha com Refeitório				
Cantina Comercial				
Sala de Professores				
Sala de Coordenação Pedagógica				
Sala da Direção				
Secretaria				

Área total (m2): _____ Área Construída (m2): _____

Este colégio é classificado de qual porte?

Quem/Qual entidade faz essa classificação?

Todos os colégios de mesmo porte recebem valores financeiros iguais (somente os valores repassados pelas fontes governamentais)?

Há algum documento oficial que informa os critérios utilizados pelo órgão governamental para classificar os colégios em determinado porte?

Parte Financeira do Colégio nos anos de 2013 e 2014

Recursos Financeiros Descentralizados Transferidos

Fonte Fornecedora do Recurso	2013			2014		
	Valor (R\$)	Data do Recebimento dos Recursos	Forma do Repasse (único ou parcelas)	Valor (R\$)	Data do Recebimento dos Recursos	Forma do Repasse (único ou parcelas)

Aplicação Geral dos Recursos Descentralizados Transferidos

Aplicação geral dos recursos	2013	2014
	Valor (R\$)	Valor (R\$)
Material de Consumo		
Material Permanente		
Serviços de Terceiros		
Tarifas, Taxas,...		

Observações:

Recursos Financeiros Descentralizados Próprios

1) Em 2013 e 2014, foram utilizados outros meios para arrecadar recursos financeiros ao Colégio? (por exemplo; festas, rifas, bingos entre outros).

() sim

() não

Fonte	2013		2014	
	Valor arrecadado (R\$)	Data	Valor arrecadado (R\$)	Data

2) Em 2013 e 2014, havia um planejamento de onde e como esses recursos seriam aplicados?

() sim

() não

No caso de sim, como esse planejamento foi feito? Quem participou? Existe alguma ata de reuniões?

Aplicação Geral dos Recursos Descentralizados Próprios

Aplicação geral dos recursos	2013	2014
	Valor (R\$)	Valor (R\$)
Material de Consumo		
Material Permanente		
Serviços de Terceiros		
Tarifas, Taxas,...		

Observação:

2) Existe uma prestação de contas ou balancete referente aos anos de 2013 e 2014? () sim () não

Justificativa:

4) Como você classifica os ambientes e itens do colégio, elencados abaixo, com relação à conservação?

Itens	Inexistente	Existente			Justificativa (se a Resposta for Regular Ou Inadequado)
		Bom Ou Suficiente (= Adequado)	Necessita de pequenas reformas Ou Quase Suficiente (= Regular)	Necessita de grandes reformas Ou Insuficiente (=Inadequado)	
Entrada(s) do Prédio					
Paredes Externas					
Paredes Internas					
Pisos					
Janelas (esquadrias, vidros)					
Portas e Fechaduras					
Pátios					
Corredores					
Salas de aula (espaço físico, carteiras, cadeiras, mesa de professor, quadro negro)					
Laboratório de Informática (espaço físico, computadores, acesso à: internet, impressoras)					
Laboratório de Ciências: Biologia, Química e Física (espaço físico, pia, instrumentos, equipamentos, materiais)					
Biblioteca (espaço físico, quantidade e variedade de livros)					

continua

Continuação

Itens	Inexistente	Existente			Justificativa (se a Resposta for Regular Ou Inadequado)
		Bom Ou Suficiente (= Adequado)	Necessita de pequenas reformas Ou Quase Suficiente (= Regular)	Necessita de grandes reformas Ou Insuficiente (=Inadequado)	
Sala(s) de Artes (espaço físico, instrumentos, equipamentos, materiais)					
Quadra(s) Esportiva(s) (espaço físico, cobertura, piso, materiais esportivos)					
Sala(s) para estudantes com necessidades especiais					
Sala(s) de professores (espaço físico, móveis, acesso à: computadores, impressoras, internet, fotocopiadoras)					
Sala(s) de diretoria (espaço físico, móveis, acesso à: computadores, impressoras, internet, fotocopiadoras)					
Sala(s) de Apoio Pedagógico (= Salas de Supervisão, Orientação) (espaço físico, móveis, acesso à: computadores, impressoras, fotocopiadoras)					

Continua

Conclusão:

Itens	Inexistente	Existente			Justificativa (se a Resposta for Regular Ou Inadequado)
		Bom Ou Suficiente (= Adequado)	Necessita de pequenas reformas Ou Quase Suficiente (= Regular)	Necessita de grandes reformas Ou Insuficiente (=Inadequado)	
Secretaria (espaço físico, móveis, arquivos, acesso à: computadores, impressoras, internet, fotocopiadoras, telefones)					
Cozinha(s) (espaço físico, móveis, utensílios, instrumentos, equipamentos, despensa, alimentos)					
Refeitório(s) (espaço físico, móveis, utensílios, alimentos)					
Banheiros (espaço físico, louças, água, descargas, papel higiênico)					
Banheiros para crianças da Educação Infantil (espaço físico, louças, água, descargas, papel higiênico)					
Fornecimento de água, esgoto e energia elétrica					
Fotocopiadoras para secretaria, administração, professores, estudantes					
TV's e DVD's					

5) Você considera suficientes os recursos financeiros recebidos pelo colégio para atender as necessidades de manutenção e pedagógicas?

Sim, completamente. Sim, relativamente.

Não.

Por que?

Desconheço os recursos financeiros recebidos pelo colégio.

Outro (especifique)

6) Você considera que a atual equipe de gestão administrativa e pedagógica do colégio (diretores, pedagogos) emprega adequadamente os recursos financeiros recebidos pelo colégio, procurando atender as necessidades de manutenção e pedagógicas, e visando um bom desempenho dos trabalhos escolares?

Sim, completamente. Sim, relativamente.

Não.

Por que?

Outro (especifique)

7) Tem algumas outras observações complementares que deseja fazer? Se sim, utilize o espaço a seguir: _____
